

Do senso comum pedagógico à descoberta da cidadania fraterna: contribuições da filosofia da educação para a formação inicial do docente de ensino religioso

*José Raimundo Rodrigues¹
Juliana Pimentel Santos²*

RESUMO

O senso comum apresenta-se no meio pedagógico, contribuindo para que preconceitos ou práticas não reflexivas sejam mantidos. Percebe-se que, em relação ao ensino religioso, o senso comum pedagógico oscila entre a rejeição imediata, justificada pelo argumento de uma escola laica, e a defesa obstinada, motivada por tendências proselitistas. Considerando que, futuramente, muitos pedagogos atuarão como professores de ensino religioso, propõe-se nesse artigo analisar algumas contribuições da filosofia da educação na formação inicial deste profissional: senso crítico; capacidade de reflexão e análise da sociedade; comprometimento político; reconhecimento da dimensão religiosa na vida humana. Tais contribuições poderão repensar o ensino religioso como ampla proposta de reconhecimento de práticas e reflexões que tem por objetivo inicial a descoberta de uma cidadania baseada na fraternidade.

¹ José Raimundo Rodrigues. Doutor em Teologia Sistemática pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – Belo Horizonte – MG. Professor na Faculdade Brasileira - UNIVIX, Vitória – ES.

² Juliana Pimentel Santos. Bacharel em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória. Graduada em Pedagogia – Faculdade Brasileira – UNIVIX, Vitória – ES.

PALAVRAS-CHAVES

Filosofia da educação. Ensino religioso. Cidadania fraterna.

ABSTRACT

Common sense presents itself in the pedagogical realm contributing to the maintenance of pre-conceptions or non-reflective practices. It is noticed that in relation to religious teaching common sense teaching ranges from the immediate rejection, justified by the argument of a secular school, and the obstinate defense motivated by proselytized tendencies. Considering that many educators will act as teachers of religious education in the future this article aims to examine some contributions of the philosophy of education in the initial formation of such professional: critical thinking, capacity of reflection and society analysis, political commitment, recognition of the religious dimension in human life. Such contributions may review religious education as a wide proposal of the recognition of practices and reflections which initially aims the discovery of a citizenship based on brotherhood.

KEYWORDS

Philosophy of Education. Religious Teaching. Fraternal Citizenship.

Introdução

A proposta do Ensino Religioso nas escolas públicas costuma ser acompanhada de muitas polêmicas. Não se pretende aqui fazer a retomada histórica dessa disciplina no contexto brasileiro, mas, sim, partir da constatação de tanto a rejeição como defesa imediata do Ensino Religioso baseiam-se em posturas típicas do senso comum pedagógico.

Propõe-se perceber as contribuições da Filosofia da Educação na formação inicial do docente, ao refletir sobre a religião como tema estritamente humano e fenômeno marcadamente cultural. Um olhar crítico sobre o fenômeno religioso permitirá ao estudante de Pedagogia rever seus valores, considerá-los sob a crítica e reformular concepções.

Na certeza de que todas as religiões propõem caminhos de cuidado do humano e que há mais elementos comuns apontando para o diálogo que preceitos que nos isolam, sugere-se o Ensino Religioso como reflexão que conduz à cidadania fraterna. Portanto, espera-se que se passe do senso comum pedagógico à compreensão do Ensino Religioso como elemento importante para a transformação social.

O senso comum pedagógico e o Ensino Religioso

O senso comum é realidade presente na vida de todas as pessoas e se faz também presente no ambiente escolar. Os profissionais da educação tendem a agir segundo o senso comum pedagógico, ou seja, praticam ações sem uma postura crítica, repetindo práticas experimentadas, mas sem um processo reflexivo. Essa postura é perceptível se perguntarmos a qualquer pessoa e, especificamente, ao profissional da educação, sobre o que é ser professor, como devem ser as aulas, qual o uso do livro didático, como se planeja uma atividade etc. “É o senso comum com o seu rolo compressor, que nos envolve, nos retira a possibilidade do questionamento em tudo, inclusive nas questões pedagógicas e educacionais”³.

Quando se trata do Ensino Religioso nas escolas públicas verifica-se de imediato que há posturas baseadas no senso comum pedagógico. Apesar das graduações e cursos vivenciados pelos educadores, existe um apego às práticas e ideologias/doutrinas religiosas que impede uma análise crítica do lugar da disciplina de Ensino Religioso, gerando, frequentemente, posturas paradoxais e manifestações explícitas de preconceitos. Mesmo considerando a condição do Ensino Religioso como de disciplina de matrícula facultativa, historicamente, há manifestações favoráveis e contrárias⁴.

³ LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2011, p. 121.

⁴ CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. Rev. Bras. Educ. [online]. 2004, n. 27, p. 189.

As resistências ao Ensino Religioso são manifestadas, em níveis distintos, por toda a comunidade escolar. Desde os alunos que temem a introdução da disciplina como celebração religiosa obrigatória, a pais que desconfiam do profissionalismo do professor de Ensino Religioso, passando, pelo que nos interessa mais nessa reflexão, por professores que se opõem à disciplina.

Por parte dos professores há uma argumentação mais organizada, por vezes, com bases políticas e ideológicas bastante fortes, apelando para argumentos como liberdade religiosa, estado laico, direito ao ateísmo. Se por um lado, essa postura demonstra um nível de criticidade, consciência e engajamento político, por outro, assenta-se ainda sobre o senso comum pedagógico, por rejeitar a proposta do Ensino Religioso sem conhecê-la e sem se dispor a refletir coletivamente sobre ela, tendendo a negar o fenômeno religioso.

Existe ainda no meio do professorado o argumento de que a disciplina de Ensino Religioso carrega o risco do proselitismo. Tal argumento sugere uma divisão e desconfiança entre os próprios profissionais, apontando para questões de classe. O proselitismo tão temido demonstra o quanto a presença do diferente, do diverso, é incômoda, desagradável, causadora de inseguranças e de posturas persecutórias. Junte-se a esse temor do proselitismo o discurso inflamado de que poderia haver um doutrinamento dos estudantes. Coloca-se em xeque toda a questão dos currículos, dos temas transversais, das propostas pedagógicas etc. Supõem-se que algumas horas de contato permitiriam um doutrinamento de um alunado; sugerindo que a disciplina de Ensino Religioso carregaria consigo uma potencialidade extremamente superior às demais, já que estas nem sempre conseguem atingir seus objetivos.

O professorado por vezes alega, em tom de mobilização que também as famílias e responsáveis pelos estudantes não simpatizam pela disciplina por terem os mesmos temores dos educadores. Demonstra-se aqui um ponto de nivelamento entre profissionais graduados e, na sua maioria, pessoas com formação básica. Possivelmente, as famílias

rejeitam um ensino confessional, mas demonstram abertura para a manifestação do religioso no espaço escolar.

No outro extremo da querela sobre o Ensino Religioso encontram-se os defensores da disciplina que, também baseados no senso comum pedagógico, a recebem acriticamente. Na argumentação dos defensores podem surgir posturas de instrumentalização do Ensino Religioso, atribuindo-lhe a tarefa de disciplinar os alunos, esperando que se trabalhem conteúdos que, de alguma maneira, “adestrem” os alunos, tornando o ambiente escolar, tão marcado por conflitos, em um ambiente de controle, de coerção, de previsibilidades.

O receio de proselitismo manifestado pelos opositores pode ganhar força quando se percebe na postura de alguns professores certa inclinação em transformar a disciplina de Ensino Religioso em espaço confessional, subordinando o pedagógico ao religioso-confessional⁵. O profissional não existe na escola independente do seu ser social, político e religioso, assim, ao entrar em uma sala, motivado por vivências religiosas, um professor pode ser atraído pela ideia de servir-se daquele espaço para realizar uma missão de vida, um projeto missionário, fazendo da escola uma extensão da sua prática religiosa.

As motivações religiosas pessoais podem influenciar na prática profissional a ponto de suprimir o que é proposto pedagogicamente. Considerando que o espaço da sala de aula é de domínio do professor, muitos defensores do Ensino Religioso vivem a dicotomia de um discurso não confessional e uma prática de aula confessional. O discurso, os planos, projetos oficialmente apresentados figuram conforme o esperado, mas junto dos estudantes procura-se inculcar uma fé.

O fato de se procurar ensinar uma fé traduz-se, quase sempre, efetivamente como ensinar a doutrina de uma igreja. Para os defensores desse tipo de Ensino Religioso a escola seria espaço privilegiado para se atingir aqueles que não frequentam comunidades religiosas. Inclusive, a motivação religiosa de alguns professores pode apontar para certa

⁵ LIMA JÚNIOR, José. Pode crer, é incrível! (... ou, o Ensino Religioso na sala de aula). MORAIS, Regis (org.). **Sala de aula: que espaço é esse?** Campinas: Papirus, 1988, p. 31.

infantilidade religiosa, que move o agir pelo medo de possível cobrança de Deus em relação à oportunidade de se evangelizar ou propagar a fé.

Filosofia da Educação e Ensino Religioso na formação inicial do docente

Considera-se que o senso comum pedagógico pode ser superado mediante a constante reflexão sobre o processo educacional. Diante disso, a Filosofia da Educação pode contribuir para se pensar o Ensino Religioso no conjunto mais amplo de diálogo com as outras disciplinas e com o ambiente escolar e seus diversos componentes.

Se a filosofia em geral propõe-se a refletir sobre todas as realidades que circundam a vida humana, não escapa a ela que a religião é fenômeno humano universal. É com essa certeza que o olhar do filósofo sobre a religião busca compreendê-la para compreender melhor o que significa ser humano, o que nos faz humanos, o que nos individualiza em relação às outras coisas, como seres que ultrapassam o nível da imanência e buscam sentidos para suas vidas em outra esfera que não a temporal. O PCNER propõe a reflexão sobre o transcendente como indispensável à compreensão do fenômeno religioso e como atividade que parte do existencial para buscar as respostas dadas pelas tradições religiosas⁶.

Num rápido olhar sobre as diversas tradições culturais pode-se flagrar como o elemento religioso foi essencial na formação dos povos e como ele se manifestou de formas distintas, oscilando entre as mais rudimentares manifestações até às grandes construções de tratados religiosos e estruturas oficiais. Para além disso, traços religiosos subjazem até mesmo naquelas culturas que se apresentam como meramente seculares, laicas, agnósticas ou ateias. Considera-se ainda que a cultura é:

⁶ PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ensino Religioso/Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. São Paulo: Mundo Mirim, 2009, pp. 46-47.

uma atividade de significação do sistema de fatos e de valores, de que o homem é o sujeito no tempo e no espaço. A esse sistema pertencem também os fatos religiosos que, no seu gênero, são culturais, isto é, têm uma relevância evidente e são expressivos de uma maneira de pensar e de viver, ao passo que, especificamente, são religiosos, porque constituem o “lugar” de objetivação visível da relação entre o homem e a transcendência, entre o homem e o sagrado, e são reconduzidos à específica intenção do *homo religiosus*⁷.

A percepção do religioso no humano aponta para o fato inequívoco de que somos mais que simples racionalidade ou emotividade. O ser humano não pode ser aprisionado, reduzido, simplesmente em esquemas psicológicos ou intelectuais, a religião mostra-se como experiência de liberdade e libertação, expressão das angústias humanas, reação ao fato de não nos sentirmos plenamente realizados com o imediatamente perceptível. A religião sugere um “mais” no humano, é convite a contemplar a complexidade do seu ser. Assumir que o humano constitui-se como mistério, permite à filosofia debruçar-se sobre essa situação e captar os impactos disso no cotidiano. Boff sugere que a sociedade, a cultura e a educação cultivem e ofereçam espaços para o cultivo e integração da transcendência presente em todo ser humano⁸.

Para a Filosofia da Educação, a religião é realidade a ser discutida e refletida levando-se em conta suas implicações no processo educacional. Formalmente, reconhece-se a relevância de toda a contribuição religiosa dada a essa disciplina por figuras como Agostinho e Tomás de Aquino. Ao longo da história, religião e educação caminharam muito próximas, influenciando-se mutuamente. Nesse contexto, pode-se afirmar que é tarefa da Filosofia da Educação refletir sobre a religião tendo em vista o educar, corroborando para que a prática educacional seja reflexiva, dialógica, crítica.

⁷ JUNQUEIRA, Sérgio R. A. Objeto do ensino religioso: uma identidade. *Rever*, Ano 12, n. 1, Jan/Jun 2012, p. 186.

⁸ BOFF, Leonardo. **Tempo de transcendência: o ser humano como um projeto infinito**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000, p. 76.

A disciplina de Filosofia da Educação é ofertada nos cursos de graduação em Pedagogia e tem como objetivo geral oferecer ao futuro docente elementos para análise crítica da realidade, contribuindo para a superação do senso comum pedagógico. Tendo em vista que muitos dos que se formam em Pedagogia se defrontarão com a questão do Ensino Religioso, acredita-se que refletir sobre essa realidade permite ao graduando questionar os valores pré-estabelecidos que traz consigo, inclusive, aqueles de ordem religiosa.

Leva-se em consideração que a formação não se dá de maneira estanque ou simplesmente acumulativa. “A formação não se constrói por acumulação, mas sim através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal”⁹.

O ato de inventariar os valores propostos pelos estudantes de Pedagogia contribui para que se distanciem de si mesmos e olhem com criticidade para as suas práticas, discursos, relações. O ato de julgar tais valores com crítica permite aos estudantes vislumbrarem a liberdade de assumirem suas personalidades com maior segurança. O ato de propor novos valores surge como experiência quase natural desse processo, pois ao final da reflexão não consegue mais permanecer com antigos critérios de análise e passa a usar de criticidade no seu cotidiano. Inventariar valores, submetê-los à crítica, propor novos valores é um processo tripartite que, em si mesmo, colabora para a superação do senso comum pedagógico. De acordo com Luckesi, “o conhecimento verdadeiro, aquele que desvenda e ilumina as configurações da realidade, fornece aos sujeitos que o possuem um poder de compreensão e ação mais efetivo do que o daqueles que não detêm esse entendimento”¹⁰

Muitos e muitas pedagogas escolherão no futuro atuar como docentes de Ensino Religioso e há carência desse profissional qualificado no mercado educacional. Portanto, o refletir sobre essas questões na formação inicial do docente é viabilizar sua autonomia sobre a temáti-

⁹ NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Educa, 1992, p. 25.

¹⁰ LUCKESI, 2011, p. 133.

ca, oferecer-lhe elementos suficientes para um diálogo maduro e crítico, sugerir possíveis práticas que rompam com o já estabelecido e passivamente esperado. A formação do docente e, especificamente, a do de Ensino Religioso constitui-se, pois, como desafio. Considera-se que a formação deve ser

[...] pautada nos diversos aspectos da condição humana e suas potencialidades e que considere dialeticamente a realização pessoal do sujeito e de seu contexto social. Uma formação construída, avaliada e reconstruída para articular no espaço escolar o processo de educação que promova o reencontro da razão com a vida, que considere as necessidades vitais, as aspirações e os conhecimentos de todos os sujeitos envolvidos nesse processo¹¹.

A religião, com a contribuição da reflexão filosófica sobre a educação, deve ser considerada como componente complexo no ambiente escolar, que merece ser acompanhado com critérios objetivos de análise. O pedagogo, quer na postura de orientador das ações do professor de Ensino Religioso, quer como próprio docente, não pode manter-se ingênuo ou passivo, antes precisa posicionar-se com abertura frente ao diferente, na certeza de que o humano é extremamente superior aos limites aprisionantes propostos por cada religião ou igreja.

A Filosofia da Educação ao se debruçar sobre o fenômeno religioso e, particularmente, sobre a disciplina de Ensino Religioso, aprofundará a reflexão em torno da universalidade religiosa e permitirá o florescer dos pontos comuns entre as diversas denominações. Pontos comuns que, geralmente, são em maior número que aqueles que, supostamente, separam os vários segmentos religiosos.

¹¹ RODRIGUES, Edilene M. Fracaro; JUNQUEIRA, Sérgio. **Fundamentando pedagogicamente o Ensino Religioso**. Curitiba: IBPEX, 2009, p. 25.

O Ensino Religioso como cidadania fraterna

Aceitar a diferença parece ser o primeiro passo. Embora seja um pressuposto, na prática escolar o diferente é, geralmente, alvo de críticas, de suspeitas. A diversidade religiosa aponta para uma riqueza cultural, capacidade interpretativa da realidade, busca de uma sociedade mais justa, insatisfação diante do comodismo. O Ensino Religioso pode, portanto, ser o espaço inicial para se reconhecer o direito à diferença. Tal reconhecimento repercutirá na amplitude da vida do estudante e da própria escola, pois, possivelmente, será ali a primeira oportunidade que educadores e educandos terão de descobrir o valor da diferença e pensar de uma maneira distinta daquela com que foram criados e educados no ambiente familiar. Esse movimento reflexivo supera a superficialidade do senso comum:

Sair da superficialidade ao conhecer o diferente talvez seja, antes de mais nada, poder ter acesso ao processo no qual esse diferente foi construído. No caso do Ensino Religioso, significaria ter acesso àquilo que é fundante em cada experiência religiosa para compreender como ela se dá e que consequências traz à vida da pessoa¹².

A aceitação das diferenças conduz à aceitação do outro e de si. A escola é ambiente da pluralidade. Nela se manifestam as mais variadas formas de pensar, de agir, de ser. O Ensino Religioso pode oportunizar aos estudantes essa descoberta da individualidade e unicidade. Aceitar o outro ultrapassa os limites do simples gostar, aceitar é ter a capacidade de, apesar de pensamentos e posturas opostas, respeitar a postura alheia, reconhecendo nisso um princípio básico para a convivência. Os estudantes percebem as manifestações de desrespeito em relação à religião vivenciadas no ambiente escolar e oscilam entre o

¹² BRANDENBURG, Laude Erandi. O ensino religioso na escola pública estadual – o difícil exercício da diferença. **Estudos Teológicos**, vol. 45, n. 1, 2005, p. 85.

enfrentamento e o silêncio¹³. Assim, a disciplina de Ensino Religioso poderia ser espaço para o diálogo e a superação desses atritos que, quase sempre, se estendem para fora do espaço escolar.

O respeito à diversidade é um dos resultantes do conhecimento aprofundado sobre os fenômenos religiosos, dando ao aluno condições de compreender e respeitar o outro e a si mesmo, alicerçando, desse modo, a possibilidade do estabelecimento de relações democráticas¹⁴.

O respeito para com o outro, atitude simples, mas nem sempre vivenciada no ambiente escolar, basta ver as inúmeras manchetes sobre bullying; pode conduzir os estudantes à descoberta até mesmo de um Outro. Quando um grupo reconhece e aceita suas diferenças pode também reconhecer e aceitar que na relação humana somos afetados pelo Outro que se nos revela cotidianamente das mais diferentes formas. Esse Outro é objeto do estudo do Ensino Religioso como caminho que me devolve ao mistério do outro humano que convive comigo.

No diálogo com colegas que fazem a empreitada do aprendizado, a disciplina de Ensino Religioso favorece para que se ouça o que para o outro é sagrado. Tal ação não é imediata em nenhum de nós. Há um processo pedagógico em que se capacita a audição para acolher o sagrado do outro. Como o Moisés diante da sarça, faz-se urgente retirar as sandálias para adentrar no terreno sagrado que se manifesta pelo discurso de um estudante.

A partilha sincera sobre as experiências religiosas permitirá a descoberta dos pontos comuns que as unem. Facilmente os alunos perceberão que, apesar da multiplicidade de nomes e práticas, as religiões buscam satisfazer o desejo humano de sentir-se amado, amante, em processo de realização durante a sua existência terrestre. Todas apontam para

¹³ CUNHA, Clera B.; BARBOSA, Cláudia. O ensino religioso na escola pública e suas implicações em desenvolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, dez/2011, p. 178.

¹⁴ SCHLÖGL, Emerli. **Ensino religioso: perspectivas para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio**. Curitiba: IBPEX, 2009, pp. 20-21.

um mesmo fim: cuidar do ser humano. Sem amor torna-se impossível compreender e respeitar o próximo¹⁵. Tudo isso conduz à compreensão da escola como lugar de educação para a diversidade e valorização da dignidade humana. Espaço que se torna privilegiado como microcosmo social. Entende-se assim que questão da diversidade religiosa ultrapassa o aspecto religioso e incide sobre o todo social. Junqueira observa isso da seguinte maneira:

Na realidade, a questão da pluralidade de credos e instituições religiosas na escola não diz respeito apenas aos interesses das religiões, mas se manifesta também como uma questão de cidadania. Enquanto a sociedade não assumir o fato desta sua característica de pluralismo, a escola também não o será¹⁶.

Todo o acima esboçado pode traduzir-se na expressão “cidadania fraterna”. O Ensino Religioso na escola pública pode ser expressão desse reconhecimento de que há uma humanidade em luta constante por melhores condições de vida e que essa luta, por vezes, é explicitada pela postura religiosa. A fraternidade que nos une como seres humanos, que nos sensibiliza nos momentos de catástrofes, que nos indigna quando assistimos à usurpação dos direitos, é também o elemento que pode nos mobilizar enquanto seres religiosos.

A visão mais ampla do contexto social impele os estudantes a sair das raias religiosas e unir-se a outros para uma prática cidadã. Assim, possivelmente, as temáticas refletidas pelo Ensino Religioso estarão em consonância com os anseios daqueles interlocutores, buscando uma prática cidadã voltada para o conjunto social. Partindo-se de questões existenciais, comuns às várias denominações, pode se chegar às questões sociais que a todos afligem.

A percepção de que os desafios sociais podem ser vencidos com a união dos diversos grupos religiosos sugere parcerias, encontros,

¹⁵ FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 23^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, p. 15.

¹⁶ JUNQUEIRA, Sérgio. A presença do Ensino Religioso no contexto da educação. JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul. O ensino religioso no Brasil. 2^a ed. Curitiba: Champagnat, 2011, p. 49.

relativização do que, por vezes, nos isola. Todas as escolas públicas partilham de lutas comuns, que geralmente, afetam os seus entornos. Os problemas sociais visíveis no ambiente escolar poderão ser minimizados ou superados com o apoio dos diversos segmentos religiosos. A cidadania fraterna valoriza a unidade como respeito à reciprocidade, como reconhecimento e acolhida do outro.

Considerações finais

Romper com o senso comum pedagógico é processo exigente e que, desde a formação inicial, precisa ser refletido pelos educadores com a contribuição da filosofia. A discussão em torno do Ensino Religioso público necessita ultrapassar os esquemas paradoxais dos posicionamentos do senso comum pedagógico e inovar em uma práxis de cidadania fraterna.

O senso comum, em geral, e, particularmente, o pedagógico, está a serviço das classes dominantes. Nesse sentido, também é conveniente ao sistema vigente que não haja uma proposta de Ensino Religioso como cidadania fraterna. Ela pode soar ameaçadora às estruturas opressoras historicamente organizadas. Considera-se que na formação inicial dos docentes faz-se necessário discutir a questão da religião e do Ensino Religioso como momento de superação do senso comum.

Espera-se que o profissional da Pedagogia possa, seja na exercício da função de pedagogo ou na de professor, acolher a proposta do Ensino Religioso, considerando-o como disciplina que, no contexto da escola, agrega valores, aproxima pessoas, desperta para a realidade de forma crítica e sugere práticas de transformação social. Longe das posturas de simples rejeição ou eufórica defesa de cunho proselitista, o estudante de Pedagogia tem a oportunidade de rever seus valores e fundamentar criticamente sua futura prática, levando em consideração os fatores sociais, a consciência política, a compreensão antropológica e fenomenológica da religião.

Que a proposta de Ensino Religioso como cidadania fraterna desperte em nossos estudantes de Pedagogia o desejo de atuar nessa

área, dispondo-se a continuar a formação específica, dedicando-se a compreender o ser humano para além dos limites e entraves costumeiramente propostos. Que na prática desse tipo de Ensino Religioso contribua para a construção de novas formas de se viver a diferença dentro e fora da escola. Que juntos, como irmãos, saibamos construir a sociedade que os diversos livros sagrados tanto inspiram em sermões e canções.

Referências

- BOFF, Leonardo. **Tempo de transcendência: o ser humano como um projeto infinito**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- BRANDENBURG, Laude Erandi. O ensino religioso na escola pública estadual – o difícil exercício da diferença. **Estudos Teológicos**, vol. 45. n. 1, 2005, pp. 78-98.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2004, n. 27, pp. 183-191. ISSN 1413-2478.<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782004000300013>.
- CUNHA, Clera B.; BARBOSA, Cláudia. O ensino religioso na escola pública e suas implicações em desenvolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v.8, n.1, dez/2011, pp. 164-181.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- JUNQUEIRA, Sérgio R. A. Objeto do ensino religioso: uma identidade. **Rever**, Ano 12, n. 1, Jan/Jun 2012, pp. 181-195.
- JUNQUEIRA, Sérgio. A presença do Ensino Religioso no contexto da educação. JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul. **O ensino religioso no Brasil**. 2ª ed., Curitiba: Champagnat, 2011.
- LIMA JÚNIOR, José. Pode crer, é incrível! (... ou, o Ensino Religioso na sala de aula). MORAIS, Regis (org.). **Sala de aula: que espaço é esse?** Campinas: Papyrus, 1988, p. 31.
- LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

- NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Educa, 1992.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ensino Religioso / Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.
- RODRIGUES, Edilene M. Fracaro; JUNQUEIRA, Sérgio. **Fundamentando pedagogicamente o Ensino Religioso**. Curitiba: IBPEX, 2009.
- SCHLÖGL, Emerli. **Ensino religioso: perspectivas para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio**. Curitiba: IBPEX, 2009.